

## **TECENDO OLHARES ACERCA DE APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SEUS DESAFIOS**

**Autoria: Ana Paula Santos Granja Ribeiro**

Discente do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA/UNEB /DCH-III - Juazeiro BA. E-mail para contato: paulanamuito@hotmail.com

**Coautor 1: Enos André de Farias**

Discente do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA/UNEB /DCH-III - Juazeiro BA. E-mail para contato: andrefarias@hotmail.com

**Coautor 2: Edmerson dos Santos Reis**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas – DCH III/Universidade do Estado da Bahia. E-mail para contato: esreis@uneb.br

**Resumo do Trabalho:** Pretendemos neste ensaio apresentar reflexões acerca de conceitos relacionados a educação do campo, levando em consideração os princípios norteadores: contextos, contextualização, formação docente, projeto político-pedagógico e sustentabilidade, na construção de um olhar diferenciado para a escola do campo, respeitando as especificidades dos homens e das mulheres que lá habitam, sua cultura, saberes, memórias e história de vida, questões essas já elencadas nos princípios da educação do campo, construindo olhares a partir das discussões ocorridas na disciplina Educação do Campo e Sustentabilidade, do programa PPGESA/UNEB.

**Palavras-Chave:** Contextualização, Educação do Campo, Sustentabilidade, Formação Docente.

### **Introdução**

O presente trabalho propõe uma discussão dos conceitos e termos de: Campo, Educação do Campo, Contexto, Contextualização, Sustentabilidade e Projeto Político Pedagógico, a partir das bibliografias consultadas e das discussões promovidas na disciplina Educação do Campo e Sustentabilidade, tendo nestas e em outras obras visitadas a referência para o tecer de reflexões necessárias, do olhar que hoje temos não apenas sobre os componentes em destaque mas, principalmente, do olhar que hoje temos sobre ‘este lugar’, buscando, a partir dos conceitos e termos construídos por aqueles que se dispuseram a enxergar esse território, uma relação entre o que está dado como sendo ‘estes’, aquilo que a nossa essência reconhece, percebe, identifica como sendo o nosso lugar de vida e de tantas formas de viver e conviver.

Evidenciando que se faz necessário um constante diálogo que proponha o reconhecimento dos atores e atrizes que habitam e fazem dele um lugar de articulação de conhecimentos, saberes, sabores, ruídos, sons e matizes. E analisar a possibilidade da não investigação do conceito pelo conceito, deixando que a (re)invenção seja a via que conduzirá as reflexões propostas, buscando

extrapolar os limites academicistas no traçar desse caminho, de um novo olhar, permeado por uma abordagem que busque considerar todos os elementos em suas inteirezas.

A educação do campo, que apresenta conteúdos e práticas educativas voltadas para a perspectiva de uma educação popular, adotando princípios e fundamentos que visam o desenvolvimento dos sujeitos, muitas vezes excluídos do modelo educacional imposto para a sociedade, busca nesses sujeitos, ao longo de seu processo educacional, interagir com a cultura, saberes, memórias, histórias de vida e suas práticas enquanto ser vivente no/do campo, como bem frisou Caldart in Molina et al (2004):

O desafio que se impõe hoje aos sujeitos da Educação do Campo é o das práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui. (CALDART in MOLINA et al, 2004, p.11)

Portanto, queremos destacar os entendimentos no processo formativo, dentro de uma lógica propositiva, entendendo que o processo de conhecimento está sendo construído.

### **Metodologia**

A pesquisa é de abordagem qualitativa, fundamentada pelo viés da pesquisa bibliográfica/exploratória, considerando que essa abordagem propicia maior familiaridade com o problema pesquisado, haja vista o acesso ao levantamento bibliográfico e a análise de todo o processo investigado, além de ampliar o leque de condições, com base no material já elaborado.

Na construção dessa pesquisa, ressaltamos, foi levado em consideração a compreensão conceitual e dos termos de: Campo, Educação do Campo, Contexto, Contextualização, Sustentabilidade e Projeto Político Pedagógico, dentro de uma ótica discursiva já existente, na disciplina Educação do Campo e Sustentabilidade, que serviram como referenciais para o tecer reflexivo necessário.

### **Resultados e Discussão**

Imbricado pelas discussões elencadas em sala de aula, conforme já descrito na introdução desse trabalho, baseando-se nas literaturas apresentadas, servimo-nos desse imperativo diálogo para apontar os entendimentos discutidos, respeitando as limitações e concepções já definidas, haja vista que, entendendo a necessidade de uma maior apropriação dos conceitos ou termos acima citados, foi construído um percurso metodológico de escrita do texto de forma que, cada um destes será tratado separadamente, buscando uma melhor apreensão dos mesmos, visando a construção da conclusão que têm por finalidade buscar traçar pontos de convergências ou divergências dos mesmos, bem como apontar como estes podem promover uma relação de apropriação dos seus

papéis, sentidos e significados, tendo por fim uma definição do ‘lugar’ em que cada um ocupa na discussão proposta, bem como estes podem se configurar como promotores de uma mudança no cenário atual, onde, de acordo com as bibliografias consultadas, fica evidenciado que, o distanciamento ou negação do “lugar” que cada um deve ocupar e das suas relações, interfere significativamente em uma proposta de promoção de um “melhor viver”.

Como resultado das observações, podemos construir as reflexões necessárias acerca dos conceitos relacionados à educação do campo, levando em consideração os princípios norteadores já mencionados, na construção de um olhar diferenciado para a escola do campo.

### **Noção de Campo**

A ideia de campo construída ao longo dos tempos nos remete a um lugar sem vida ou de qualquer forma de vida. De uma construção de ideário constituído e consolidado por um processo de negação dos sujeitos do campo, tendo estes como meros sobreviventes de um barco a deriva, onde o para onde quer que a ‘onda’ possa levá-lo, é a esta que deve se agarrar, como sendo a única possibilidade de vida. O campo que defendemos é repleto de formatos de vidas cercadas por balanços outros, que na verdade servem de condutores de uma navegação que carrega sentidos, significados, pluralidades e singularidades oriundas das diversidades representadas por seus povos, que entendem este lugar com um sentido outro.

O campo, principalmente do semiárido brasileiro sofre com a negação dos modos de ser e fazer dos sujeitos que dele fazem parte, definido e conceituado a partir dos ‘outros’ que não fazem parte ‘dele’, como partes constituintes dos seus próprios destinos, negando-os em suas decisões e formas de ser e estar em seus lugares de vida, do que deve ou não ser ofertado, desde aos direitos a uma vida digna, até a uma educação de qualidade que respeite e dialogue com estes.

Bebida é água  
Comida é pasto  
Você tem sede de quê?  
Você tem fome de quê?  
A gente não quer só comer  
A gente quer comer e quer fazer amor  
A gente não quer só comer  
A gente quer prazer pra aliviar a dor  
A gente não quer só dinheiro  
A gente quer dinheiro e felicidade  
A gente não quer só dinheiro  
A gente quer inteiro e não pela metade.  
(ARNALDO ANTUNES, 1989)

Nessa perspectiva entende-se ser inadmissível continuar perpetuando um estigma que parece estar arraigado não apenas nos que ditam sobre o que deve ou não ser oferecido a esse povo, mas que também se tornou tão naturalizado e que, para neutralizar todo esse processo, se faz necessário romper com uma série de (pré-conceitos) que parecem estar impregnados nos corpos e nas mentes daqueles que clamam por uma mudança, mas que por vezes são convidados a desconsiderar as suas relações de vida, imbricadas de inúmeros formatos de saberes que estão permeados por sentidos e significados que terminam por serem silenciados por aqueles que promovem essa verdadeira condição desumana de vida.

Portanto, não há uma, mas múltiplas realidades, todas dependentes das distintas visões de mundo dos diferentes grupos de atores sociais. Por isso, abundam os conflitos na interpretação e avaliação de uma realidade particular e nas propostas para sua transformação. Assim, para transformar uma realidade particular, é imprescindível transformar a percepção cultural vigente sobre ela. (MARTINS, 2016, p. 17).

Nessa perspectiva, esse verdadeiro campo precisa ser reinventado e criado por aqueles que estão imbuídos de boas intencionalidades, de respeito para com os sujeitos camponeses, entendendo que estes são tão merecedores de uma vida digna como todo e qualquer cidadão, independentemente de sua situação socioeconômica ou geográfica.

### **O Campo em Disputa**

O campo brasileiro desde muito tempo que vive sua crise existencial, quando se percebe a expansão capitalista a partir do fomento, muitas vezes governamental, na busca por mais produção que gerará mais lucros. O agronegócio virou uma das plataformas governamentais mais importantes no tocante ao equilíbrio da balança comercial. Nisso, tem gerado no campo excedente de mão-de-obra, que muitas vezes é levado ao trabalho com baixa remuneração e precariedade. Mas também esse avanço não é algo novo, antes, desde a década de 1960 que os conflitos são vistos em diferentes regiões, a exemplo do Massacre dos Carajás, em abril de 1996.

Para Delgado (2005), a questão agrária no Brasil, desde pelo menos os anos 1960 é gerida no sentido da adoção de melhorias técnicas com o intuito de aumentar a oferta de alimentos, sendo esta também a perspectiva dos atuais governos. Como isto trouxe a expansão da oferta de alimentos, mas também, êxodo rural, e a partir dos anos 1980 começam a surgir movimentos e organizações que novamente passam a exigir a retomada da distribuição de terras.

Na década de 1980, o Movimento dos Sem Terras (MST), surge no Estado do Paraná, levantando a bandeira da reforma agrária, e elencando força no campo e nas periferias, em prol de uma causa que durante toda a década seguinte foi consolidado, pressionando os governos que se sucederam a iniciar uma linha de diálogo e de transferência de propriedades de terras para camponeses sem terra.

Evidente que essa luta história é também uma luta que ultrapassada as cercas dos grandes latifúndios, e nos assentamentos, gerou a necessidade de se ter um novo olhar sobre o processo de construção do conhecimento, com seus saberes e suas trajetórias de vida. É a partir desse processo que nasce a educação do campo.

## **A Educação do Campo**

Primeiro é preciso caracterizar o que é educação do campo. Presume-se que a mesma é uma modalidade de educação que ocorre em espaços rurais, não só espaços da agropecuária, mas também nas florestas, nas áreas ribeirinhas, nas áreas de extração mineral ou vegetal. Mas, não é porque a escola está no campo que ela está respaldada pela educação do campo. Para Reis (2011, p. 53), “existe um processo “urbanocêntrico” de reprodução da escola da cidade no campo, como se essas realidades fossem as mesmas”. O currículo trabalhado na escola rural é o mesmo trabalhando na escola urbana, sendo esses sujeitos e seus saberes, colocados à margem do processo educativo.

Na compreensão morfológica desenhada em sala, compreendemos que a educação do campo é caracterizada por três aspectos: No/Do/Para.

Compreendemos como Educação no Campo, a educação que ocorre no campo, contudo, a mesma muitas vezes está desassociada do complexo de entendimentos quando as práticas educativas, de fixação do homem na terra ou até mesmo voltado para o homem do campo. O currículo é urbano, os professores não são do local e, portanto, chegam trazendo concepções prontas e acabadas. Enfatiza-se então a segunda concepção, na perspectiva de que há no campo outro modo de vida, de cultura e trabalho, diferente de outros espaços da vida social.

A Educação do Campo é aquela que tem como referencial a vida dos sujeitos que estão no campo, das comunidades tradicionais aos assentados da reforma agrária, passando pelos atingidos por barragens, na qual se busca respeitar seus modos de viver, pensar e produzir, levando em conta seus saberes ao invés de oferecer algo pronto e acabado.

A Educação do Campo ainda permanece com o seu processo de conceituação em construção e, de acordo com Caldart (2012, p.12) “já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo mesmo que se desenvolvam em outros lugares e com outras denominações”.

Pensando conceitualmente a Educação do Campo, a mesma precisa partir dos sujeitos envolvidos; das culturas locais, sendo estas formadoras para estes atores e atrizes; deve considerar ainda os costumes, valores e ideais de posse ou de pertencimento que são apresentados nos mais diversos contextos formativos.

Nessa lógica, não mais se admite uma educação gestada em gabinetes, por mentes tidas como que iluminadas, que pensam e idealizam o que é bom para uma determinada sociedade, sem levar em conta as aspirações e interesses dos atores e atrizes que compõe esta sociedade. Não mais se admite a imposição de cima para baixo um modelo de escola, muitas vezes totalmente fora da realidade dos sujeitos à qual se destina, com currículos e programas que não levam em conta a diversidade de cada sociedade (REIS, 2011, p. 53).

Falar em Educação do Campo, portanto, significa revisitar todo um processo constitutivo de ações e intencionalidades que a tornaram ultrapassada e imposta às condições reducionistas e impostas por uma sociedade homogeneizadora de saberes e fazeres que não condizem e nem respeitam os sujeitos em suas inteirezas.

Afirmar isso nos implica a uma adoção de postura que venha trazer à tona toda essa realidade imposta, entendendo e respeitando todas as lutas travadas pelos camponeses/as, visando assim à promoção de uma educação que apresenta em suas bases as aspirações dos sujeitos, seus cheiros, seus gostos e suas matrizes.

## **Contexto**

Pensar em ‘contexto’ é pensar em formatos e posturas que precisam compreender este conceito com todas as suas intencionalidades e representatividades, entendendo a necessidade de desvelar alguns movimentos criados para a construção desse ideário.

Contrária a toda essa perspectiva universalizante e mutiladora do contexto local é que insurge no Semiárido Brasileiro - SAB a Educação para a Convivência com o Semiárido – ECSA, que considera as especificidades e os diversos contextos que permeiam os espaços educativos, na perspectiva da dialogicidade e do respeito aos saberes locais, tendo nestes o mote para a aplicabilidade de uma educação construída a partir das diversas realidades presentes no semiárido brasileiro.

As narrativas que fizeram emergir o discurso da educação contextualizada, ainda habitam no curso vasto de acontecimentos, muitas coisas vieram e outras tantas ainda estão por vir. Por mais que vozes já tenham propagado sons que “legitimam” a diferença que faz educar a partir dos diversos contextos, em detrimento de educar desconsiderando a historicidade singular e plural das pessoas, muito ainda se tem que ouvir, fazer, descobrir, validar. Assim como as realidades são dinâmicas, vulneráveis a mudanças, o discurso, a teoria, as narrativas podem sobreviver se acompanharem esse movimento, sem se bastar nas respostas dadas. (PEREIRA, 2007, p. 38).

Problematizar toda essa perspectiva e, considerar que o processo de formação do educador, tendo como fundamento a reflexão constante das práticas educativas e a necessidade do forjar de uma nova prática que esteja pautada no respeito aos saberes prévios trazidos pelos educandos e nas relações construídas a partir dos princípios da horizontalidade e definição dos papéis nos processos educativos, terminam por delinear um caminho de desconstrução necessário para promover as

mudanças nos espaços educativos num mundo em constante transformação, exigindo que este ou estes contextos sejam entendidos e respeitados como uma rede de conhecimentos necessários para propiciar ao educador e ao educandos um olhar crítico e inquiridor que considere as especificidades do mundo e dos sujeitos com os quais trabalha, mas sem com isso desconsiderar as relações em sua amplitude.

Nessa perspectiva compreender o contexto em sua diversidade, compreende considerar que em todos os espaços, sejam estes formais ou não formais, a construção do conhecimento precisa acontecer de forma a respeitar todos e todas aquelas que estão imbricados/as nesses seres e fazeres que dialogam com a certeza de que, só se pode construir uma educação emancipadora, considerando o contexto ou os contextos nos quais está inserida.

### **Sustentabilidade**

Antecedente ao termo sustentabilidade vem o “Desenvolvimento Sustentável”, sendo compreendido em um contexto de discussões no âmbito da evolução, que apresentava a evolução das discussões relacionadas às contradições referentes ao crescimento econômico e visava a conservação da natureza, tendo como marco institucional e histórico, a Conferência de Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972, trazendo como palco das discussões ‘O meio ambiente humano’.

Ainda historicizando, não podemos aqui deixar de destacar que, após a realização da ECO 92, sendo o marco mais notável e importante nessa discussão, com a realização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, considerado o mais importante na história da humanidade, posteriormente consolidado como o ‘caminho do meio’, entendendo-se como uma abordagem capaz de encontrar a tão esperada harmonia entre crescimento econômico e conservação da natureza.

Vale ressaltar que o termo “Desenvolvimento Sustentável” trata-se de uma disputa ideológica capitalista, com a exploração da terra de forma equivocada, para atender tão somente aos interesses do capital, tendo a agricultura camponesa como contraponto ao desenvolvimento sustentável, evidenciando e reforçando os interesses de uma classe que, apesar de ser minoritária, mas que, por conta da detenção do poder econômico, termina por delinear todo o processo de produção socioeconômica do país.

O termo “Sustentabilidade” passa a fazer parte das pautas das discussões dos poderes públicos no chamado “advento da questão ambiental”, nas décadas de 1960 e 1970, trazendo as discussões referentes à capacidade do planeta em permanecer ‘fornecendo’ a condição de sustentar as necessidades das sociedades humanas em todos os níveis, visando inclusive evitar as consequências oriundas destas.

Sendo a natureza um conjunto de unidades naturais integrados, o que se configura, de acordo com as ciências, como sendo os ecossistemas que são gerados a partir dessas unidades integradas, com seus ciclos e fluxos, sendo estes atingidos e ameaçados de acordo com os formatos de produção e consumos humanos, entende-se assim que, qualquer desequilíbrio causado, gera em um processo destruturante desse sistema, e aqui tomamos como exemplo a homogeneização das monoculturas como um fator de desestabilização desses ecossistemas naturais.

Trazendo agora para a discussão todo o processo de modernização e ascensão da agricultura de produção do agronegócio, esta, por sua vez, expressa um panorama que desconsidera as diversidades nos e dos formatos geográficos, promovendo uma produção que intensifica o uso descontrolado de agrotóxicos e outras formas artificiais de produção mais rápidas, que racionaliza; desconsidera as condições climáticas; de renovação e preparação da terra; da necessidade da ação humana na promoção de formatos menos ofensivos para a terra, utilizando de recursos naturais nos cultivos que visam obedecer “o tempo de produção da terra”; entendendo que estes espaços estão reduzidos a campos homogêneos e monótonos que em nada dialogam com os formatos dessa nova forma de se pensar na produção, que têm por objetivo atender a uma agricultura meramente industrial.

É através de práticas institucionais que o poder dominante nomeia, ordena, normaliza, normatiza, homogeneiza, regula, inclui/exclui, castiga/premia, avalia, classifica, hierarquiza e institui verdades e certezas sobre o que fazer e não fazer, o falso e o verdadeiro, que vozes escutar e quais silenciar, que saberes cultivar e quais ignorar. Uma vez criada, uma ordem institucional só pode ser substituída, nunca reformada, pois serve apenas ao seu propósito original. São práticas institucionais que introduzem na vida cotidiana das pessoas comuns o discurso hegemônico (fonte de realidade), regras políticas (fonte de poder), autoridades epistemológicas (fonte de verdades), significados culturais (fonte de sentido) e arranjos institucionais (fonte de padrões de comportamento) que moldam as práticas sociais (fonte de mudanças) dessas pessoas. A importância das instituições nas sociedades é tanta que o fenômeno da vulnerabilidade-sustentabilidade se expressa através da vulnerabilidade-sustentabilidade de suas instituições (MARTINS, 2016, p. 19).

Nessa perspectiva cabe o entendimento de que, pensar a sustentabilidade é também trazer à tona toda uma conjuntura que traz em seu bojo, todo um processo de poder dominante rebuscado de intencionalidades, que visa institucionalizar uma hierarquia que apenas busca a promoção do que interessa a essa massa dominante, promotora de ações que apresentam em suas intencionalidades, o atendimento a uma determinada classe social que não apresenta nenhum tipo de cuidado com a sustentabilidade, mas preocupada em defender os seus interesses, não apresentando ações ou intencionalidades que representem uma visão mais ampla no pensar no “*dia após o desenvolvimento*”.

### **Contextualização**

Tendo em mente que “discutir a contextualização é também discutir sua descolonização”. (MARTINS, 2006, p.21). Podemos crer que contextualizar, indica, necessariamente, considerar o processo de colonização do saber, impetrado ao longo do tempo pelas “narrativas hegemônicas” (MARTINS, 2006, p.21). E a partir disso buscar formas possíveis de um fazer que comungue com novos sentidos e novas significações da vida nesses espaços, respeitando os elementos simbólicos e incorporando o que a “modernidade” proporciona de enriquecimento e melhoramento prático para a vida, de forma sustentável.

Nessa perspectiva entende-se que o fato de apenas “pensar” em formatos de contextualização da educação sem a devida apropriação do “como” esta deve se dar, não garante a sua efetivação nem tampouco a sua eficácia. É preciso entender que as práticas educativas, evidenciam toda uma desconsideração aos saberes locais dos sujeitos deixando “de fora”, todo um processo de construção constituído por estes atores e atrizes, que são saberes mantenedores de suas necessidades existenciais, tendo em vista que, é através das mais variadas formas de lidar com os contextos, que fazem com que esses sujeitos percebam os seus processos constitutivos de existência e construam as suas narrativas de vida, em busca de um ideário que comungue com os seus jeitos de ser e estar no mundo, considerando os princípios universalizantes, mas sem negar os saberes locais.

### **Projeto Político Pedagógico**

Tecer um diálogo acerca da importância e relevância de um Projeto Político Pedagógico que esteja embasado e construído pensando no espaço escolar como sendo um espaço de formação e de conhecimento, é compreender que este precisa ser construído a partir das realidades presentes nestes espaços, considerando assim todas as potencialidades locais, compreendendo o papel da comunidade escolar e envolvendo todos os sujeitos que são partes constituintes do mesmo.

Nessa perspectiva compreende-se que, este instrumento deve nortear toda e qualquer prática pensada pela escola, sendo esta construída e pensada com os sujeitos que dela fazem parte, não negando os pilares que devem ser entendidos como um processo que deve ser construído na coletividade, tendo como balizadores o desejo em fazer, o conhecimento que é fundamental para a compreensão do que deve ser feito, a força imaginária do como se deve fazer e o senso da realidade do que se deve e do que se quer fazer com o mesmo.

Entendendo a educação como uma das mais complexas atividades humanas, para vivenciá-la, cada vez mais se percebe a importância da formação continuada dos educadores, questionando, nutrindo e trabalhando para que as dificuldades e impossibilidades possam ser superadas. Engana-se,

portanto, quem acredita que a formação de um professor termina quando ele recebe seu diploma. Para Placco (2001, p. 26-27), a formação continuada é:

Um processo complexo e multideterminado, que ganha materialidade em múltiplos espaços/atividades, não se restringindo a cursos e/ou treinamentos, e que favorece a apropriação de conhecimentos, estimula a busca de outros saberes e introduz uma fecunda inquietação contínua com o já conhecido, motivando viver a docência em toda a sua imponderabilidade, surpresa, criação e dialética com o novo. (PLACCO, 2001, pp. 26-27)

Assim, não há qualquer contrassenso entre formação inicial e formação continuada de professores, visto que constituem dois momentos recíprocos e complementares, embora, aparentemente dicotômicos, ambos igualmente essenciais, do mesmo processo contínuo, sistemático e articulado de construção da ação docente, com o intuito de oferecer qualidade de ensino e aprendizagem do educador.

Entende-se, portanto, que a efetivação de um Projeto Político Pedagógico eficaz, vai depender da participação de todos os que fazem parte do contexto escolar, o que requer o conhecimento da realidade de mundo da escola, dos processos de conhecimentos e saberes que se pretende consolidar nesse espaço, dos recursos existentes e necessários, das dificuldades e possibilidades apresentadas nos contextos formativos, das forças e fraquezas dos potenciais humanos presentes no espaço escolar, para assim ser construída e reconhecida uma prática pedagógica dialógica e redentora; provocadora e promotora de mudanças e avanços necessários para a efetivação de uma aprendizagem significativa, que agregue valores indispensáveis e que se relacionem com as concepções do cidadão que se quer formar.

## **Conclusão**

Considerando tais reflexões, percebemos que conhecer o espaço ocupado, neste caso o campo, considerando suas diversidades, adversidades e potencialidades é fator indispensável para se pensar e desenvolver práticas sociais e educativas que dialoguem com as realidades presentes nos diversos espaços formais e não formais, tendo na garantia do bem viver, a possibilidade de permanecer em seus lugares de vida e significados, entendendo ser este o caminho para a desconstrução da imagem preconceituosa e excludente no qual o campo vem sendo historicamente descrito pelas mídias e pelos demais formatos de comunicação estabelecidos pelos sujeitos.

Verifica-se que a partir da pesquisa evidencia-se que definir um conceito do que é ‘campo, contexto, contextualização, educação do campo, sustentabilidade e Projeto Político Pedagógico’ certamente não dará conta de colocar ‘este lugar’ no palco das discussões das instituições e nos mais diversos campos de negociações elitistas, com vistas a garantir que estes reconheçam este lugar com todas as

suas potencialidades e existencialidades, emergindo daí elementos que possibilitem a percepção do campo sob outra ótica, considerando este espaço com suas adversidades como um lugar necessário de ser conhecido e reconhecido, visando a busca pela harmonia entre homem e natureza.

Uma convivência estabelecida regida por outras formas de argumento e de explicação do mundo, mais propriamente dentro daquilo que Gaston BACHELARD (1996), chama de espírito pré-científico, pautado por uma forma mágica de conhecer o mundo. Estas formas de conhecer, no entanto, antes de qualquer coisa indicam o desenvolvimento de uma espécie de convivência entre homens e contexto ambiental nos ermos do sertão semiárido, sendo apenas uma convivência diferente, eminentemente mágica. A magia, neste caso, é a ciência possível que, em si, não é lógica nem ilógica. É apenas um saber que resolve conflitos, carências por explicações, por dotar de sentido e entendimento as coisas do mundo. Assim, a magia é a iminência, ou seja, o princípio de que o todo está contido na parte. Esse mesmo princípio move, nos sertanejos semiáridos, a produção de muitos dos seus saberes; a construção de estratégias de sobrevivência e, portanto, de convivência; move a relação das pessoas entre elas e com entes invisíveis, agregando valores simbólicos que fazem fronteira com o sagrado, com a memória, com os ancestrais. (MARTINS, 2006, pp. 45-46).

Conhecer o espaço ocupado torna-se, neste caso, fator indispensável para se pensar em práticas de convivências e educativas que dialoguem com as realidades presentes nos diversos espaços do campo, entendendo ser este o caminho para a desconstrução da imagem excludente e preconceituosa no qual este território está sendo historicamente descrito. Entender as mais variadas formas de ser dessas gentes e suas capacidades em lidar com os variados contextos apresentados torna-se um fato *sine qua non* na busca da promoção de ações que evidenciem as pluralidades de culturas que os sujeitos do campo trazem consigo, buscando assim provocar mudanças e progressos desse e nesse lugar, para que os entraves possam ser vencidos, colocando assim os camponeses e camponesas no centro dos diálogos dos que falam por ‘eles’, não sendo ‘deles’ as realidades, visando o descortinar desse verdadeiro ‘campo’ que existe.

Diante de tudo o que foi explicitado e refletido, consideramos que ainda existem muitas divergências nos formatos de enxergar esses conceitos ou termos como sendo o ponto que precisa ser constituído para que todas as invisibilidades impostas pelos formatos homogeneizantes apresentados passem a serem vistos como motivadores de mudanças necessárias e urgentes desse atual cenário, que, apesar de apresentar algumas mudanças, ainda evidenciam que muito ainda se tem por compreender e realizar, para garantirmos uma vida fundamentada em intencionalidades que englobem todas as formas de vida e que as respeite e valorize de acordo com as suas formas, para que possamos em algum momento termos a garantia de que todos os esforços pensados e de que todas as lutas travadas ao longo do tempo, de fato foram propulsoras de mudanças de concepções, olhares, sentidos e que estes podem promover a mudança necessária para que tenhamos todos esses conceitos e termos entrelaçados, por entendermos que sem esse movimento, torna-se impossível potencializar a todos e todas sem distinção de raça, etnia, gênero e que estejam pautados nos princípios de que a sustentabilidade precisa ser entendida e vista como a produção da teia da vida.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Arnaldo. FROMER, Marcelo. BRITO, Sérgio. **Comida**. IM Homônimo, (SL), 1989.

CALDART, Roseli Salete. Momento Atual da Educação do Campo In: MOLINA, Castagna. JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (organizadoras). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5. MEC/SECAD, Brasília, DF, 2004.

RESAB. **Caderno Multidisciplinar Educação e Contexto do Semi-Árido Brasileiro: Tecendo Saberes em Educação, Cultura e Formação**. V.3 (2007) - Juazeiro: Selo Editorial RESAB, 2007.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

PEREIRA, Izabel Brazil. **Dicionário da Educação do Campo**. (Org) Roseli Caldart, Izabel Brasil Pereira, Paulo Alantejano e Gaudêncio Frigotto. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2007.

MARTINS, Josemar da Silva. O que queremos da escola: contextualizar e descolonizar a abordagem In: REIS, Edmerson dos Santos e Martins, Josemar da Silva (organizadores) **O paradigma cultural: interfaces e conexões**. Curitiba, PR: CRV, 2016.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em Torno do Conceito de Educação para a Convivência com o Semiárido. In RESAB – Secretaria Executiva (Org.). **Educação para a Convivência com o Semiárido: Reflexões Teórico-Práticas**. 2ª ed. Juazeiro, BA: Selo Editorial RESAB, 2006.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. A formação do professor: reflexões, desafios, perspectivas. In: BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ALMEIDA, Laurinha Ramalho de; CHRISTOV, Luiza Helena da Silva (Orgs.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

REIS, Edmerson dos Santos. O projeto político-pedagógico nas escolas do campo – um instrumento essencial. In: LIMA, Elmo de Souza; SOUZA, Ariosto Moura de. **Diálogos sobre a Educação do Campo**. Teresina, Piauí: EDUFPI, 2011.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do Campo: escola, currículo e contexto**. Juazeiro: Printpex, 2011.